



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 11, considere o texto abaixo.

Se um cachorro “*pensa*” ou não, “*tem consciência*” ou não, isso depende da definição escolhida. Algumas pessoas não atribuirão “*consciência*” a criatura alguma que não seja capaz de abstrair um conceito geral com base em fatos particulares e, a partir daí, aplicar o aparato da lógica formal de modo a fazer inferências para além desses fatos. Outros conferem “*consciência*” a criaturas que reconhecem seus parentes consanguíneos e se recordam de locais prévios relacionados a situações de perigo ou de prazer. Pelo primeiro critério, os cães não têm consciência; pelo segundo, têm. Mas os cães permanecem sendo cães e sentindo aquilo que sentem, sem levar em consideração os rótulos escolhidos por nós.

No contexto dos esforços internacionais para conservar a biodiversidade, essa questão assume uma importância central, uma vez que o argumento clássico sobre os motivos pelos quais uma criatura supostamente decente e moral como o Homo sapiens pode maltratar e até mesmo exterminar outras espécies se assenta sobre uma posição extrema num continuum. A tradição cartesiana, formulada explicitamente no século XVII, mas presente, sem dúvida, numa forma “popular” ou em outras versões, ao longo de toda história humana, sustenta que os outros animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e que apenas os homens gozam de “consciência”, não importa como ela seja definida. Nas versões radicais dessa teoria, até mesmo a dor e o sofrimento manifestos de outros mamíferos (tão palpáveis para nós, e da maneira mais visceral, uma vez que as expressões vocais e faciais desses parentes evolutivos próximos são semelhantes às nossas próprias reações aos mesmos estímulos) nada mais sinalizam do que uma resposta automática sem nenhuma representação interna em termos de sentimento – porque os outros animais não têm consciência alguma. Assim, levando adiante esse argumento, poderíamos nos preocupar com a extinção em função de outras razões, mas não em virtude de alguma espécie de dor ou sofrimento associado a essas mortes inevitáveis.

Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana, mas a tradição de se considerar os animais “inferiores” como “menos capazes de sentir” certamente persiste como um paliativo que ajuda a justificar nossa rapacidade – do mesmo modo como os nossos ancestrais racistas argumentavam que os “insensíveis” índios eram incapazes de experimentar alguma forma de dor conceitual ou filosófica pela perda de seu ambiente ou modo de vida (desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança), e que os “primitivos” africanos não lamentariam a terra natal e a família abandonadas à força uma vez que a escravidão lhes assegurasse a sobrevivência do ponto de vista físico.

(Adaptado de: Stephen Jay Gould. **A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci**. Trad. de Rejane Rubino. S.Paulo: Cia. das Letras, 2003. p.465-6)

1. Para o autor do texto,
 - (A) o argumento de que os animais não sofrem do mesmo modo que os homens é um pretexto para o exercício da avidez humana.
 - (B) a defesa da biodiversidade não pode ter como base a questão da consciência dos animais, já que não há consenso sobre essa questão.
 - (C) o modo como vivem os homens no mundo contemporâneo faz com que sejam inevitáveis as mortes dos animais.
 - (D) a discussão sobre o nível de consciência que pode ser atingido pelos cães é inteiramente inócua, pois nunca chegaremos a um consenso.
 - (E) os mamíferos, que em tantos aspectos assemelham-se aos homens, devem ser colocados numa escala muito superior aos outros animais.

2. No último parágrafo do texto, Jay Gould
 - (A) sugere que a alegação de que os animais são inferiores ao homem é preconceituosa e interessada.
 - (B) insinua que o nível de consciência dos animais é semelhante àquele que os homens mais primitivos possuíam.
 - (C) defende que os animais são hoje tratados de modo mais cruel do que eram tratados os escravos.
 - (D) aventa a possibilidade de já não haver mais quem sustente a posição cartesiana nos dias atuais.
 - (E) concede que aqueles que escravizaram índios no passado só o fizeram por acreditar na sua inferioridade.

3. Considerado o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *criatura supostamente decente e moral* = ser hipoteticamente inteiro e devoto
 - (B) *capaz de abstrair um conceito geral* = apto a destacar um aforismo genérico
 - (C) *de modo a fazer inferências* = a fim de tirar ilações
 - (D) *versões radicais dessa teoria* = facetas temerárias desse método
 - (E) *persiste como um paliativo* = remanesce como um subterfúgio

4. Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:

- (A) ... certamente persiste como um paliativo...
- (B) ... e que apenas os homens gozam de “consciência”...
- (C) ... criatura alguma que não seja capaz de...
- (D) ... desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais...
- (E) ... os nossos ancestrais racistas argumentavam que...



5. Atente para as afirmações abaixo sobre a pontuação empregada no texto.

- I. *Outros conferem “consciência” a criaturas que reconhecem seus parentes consanguíneos e se recordam de locais prévios relacionados a situações de perigo ou de prazer.* (1º parágrafo)

Sem prejuízo para o sentido e a correção, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois da palavra *criaturas*.

- II. *Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana...* (3º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e a clareza, o segmento em destaque poderia ser isolado por vírgulas.

- III. *... os “insensíveis” índios eram incapazes de experimentar alguma forma de dor conceitual ou filosófica pela perda de seu ambiente ou modo de vida (desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança), e que os “primitivos” africanos...* (3º parágrafo)

A substituição dos parênteses por travessões não implicaria prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
 (B) I, apenas.
 (C) I, II e III.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I e III, apenas.

6. *Algumas pessoas não atribuirão “consciência” a criatura alguma...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está em:

- (A) *... e que os “primitivos” africanos não lamentariam a terra natal e a família abandonadas à força...*
 (B) *... essa questão assume uma importância central...*
 (C) *... as expressões vocais e faciais desses parentes evolutivos próximos são semelhantes às nossas próprias reações...*
 (D) *... isso depende da definição escolhida.*
 (E) *... uma vez que a escravidão lhes assegurasse a sobrevivência do ponto de vista físico.*

7. *Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana, mas a tradição de se considerar os animais “inferiores” como “menos capazes de sentir” certamente persiste como um paliativo que ajuda a justificar nossa rapacidade – do mesmo modo como os nossos ancestrais racistas argumentavam que os “insensíveis” índios eram incapazes de experimentar alguma forma de dor conceitual ou filosófica pela perda de seu ambiente ou modo de vida (desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança), e que os “primitivos” africanos não lamentariam a terra natal e a família abandonadas à força uma vez que a escravidão lhes assegurasse a sobrevivência do ponto de vista físico.*

Mantém-se clara e correta a redação da frase acima caso, sem qualquer outra alteração, os elementos sublinhados sejam substituídos, respectivamente, por:

- (A) embora – de modo que
 (B) contudo – contanto que
 (C) conquanto – porquanto
 (D) embora – contanto que
 (E) porém – antes que

8. *... uma vez que as expressões vocais e faciais desses parentes evolutivos próximos são semelhantes às nossas próprias reações aos mesmos estímulos...*

Sem que qualquer outra modificação seja feita na frase acima, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso o segmento sublinhado seja substituído por:

- (A) afiguram.
 (B) parecem.
 (C) correspondem.
 (D) lembram.
 (E) rememoram.

9. *... desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança...*

A transposição da frase acima para a **voz passiva** terá como resultado a forma verbal:

- (A) fossem supridas.
 (B) forem supridos.
 (C) fossem supridos.
 (D) viessem a suprir.
 (E) sejam supridas.

10. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) *sem levar em consideração os rótulos* = sem levá-los em consideração
 (B) *capaz de abstrair um conceito geral* = capaz de abstrai-lo
 (C) *suprissem suas necessidades* = suprissem-nas
 (D) *conferem “consciência” a criaturas* = conferem-lhes consciência
 (E) *que reconhecem seus parentes consanguíneos* = que lhes reconhecem



11. O cartesianismo sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos.

As versões radicais do cartesianismo consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática.

Para o cartesianismo, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.

As frases acima articulam-se num único período, com clareza e correção, em:

- (A) Ao sustentar que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e, segundo as versões radicais do cartesianismo, ao considerar que até mesmo a dor dos mamíferos é uma resposta automática, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (B) O cartesianismo, cujas versões radicais consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e, por conseguinte, que seu sofrimento não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (C) Para o cartesianismo, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção, por que sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos, as versões radicais do cartesianismo considerando que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática.
- (D) O cartesianismo sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e considera que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, isso para suas versões radicais, porquanto o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (E) Sustentando que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos, o cartesianismo, em suas versões radicais, consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, na medida em que o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.

12. O aquário propriamente dito teve um nascimento interessante e particular na metade do século XIX. Antes disso, alguns poucos naturalistas conseguido manter os organismos marinhos vivos em recipientes dentro de casa por períodos consideráveis – mas somente com um esforço contínuo e substancial (que a cargo dos empregados domésticos, o que revelava outra realidade social daqueles tempos). Um exemplo são os animais marinhos que nos vasos cilíndricos de vidro que sir John Graham Dalyell mantinha em sua casa no início do século XIX.

(Adaptado de: Stephen Jay Gould. **Op. cit.**, p.77-9)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

- (A) *havam* – *ficavam* – *havam*
(B) *havia* – *ficava* – *havam*
(C) *havam* – *ficava* – *havia*
(D) *havia* – *ficavam* – *havia*
(E) *havam* – *ficava* – *havam*

Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, considere o texto abaixo.

Cora Coralina, de Goiás

Este nome não inventei, existe mesmo, é de uma mulher que vive em Goiás: Cora Coralina.

Cora Coralina, tão gostoso pronunciar este nome, que começa aberto em rosa e depois desliza pelas entranhas do mar, surdinando música de sereias antigas e de Dona Janaína moderna.

Na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje. O verso é simples, mas abrange a realidade vária. Escutemos: “Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / accoranda ao pé do borralho, / olhando pra o fogo.” “Vive dentro de mim / a lavadeira do rio Vermelho. / Seu cheiro gostoso d’água e sabão.” “Vive dentro de mim / a mulher cozinheira. / Pimenta e cebola. / Quitute bem feito.” “Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos.” “Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada...”

Todas as vidas. E Cora Coralina as celebra com o mesmo sentimento de quem abençoa a vida. Ela se coloca junto aos humildes, defende-os com espontânea opção, exalta-os, venera-os. Sua consciência humanitária não é menor do que a sua consciência da natureza.

Assim é Cora Coralina – um ser geral, “coração inumerável”, oferecido a estes seres que são outros tantos motivos de sua poesia: o menor abandonado, o pequeno delinquente, o presidiário, a mulher-da-vida. Voltando-se para o cenário goiano, tem poemas sobre a enxada, o pouso das boiadas, o trem de gado, os becos e sobrados, o prato azul-pombinho, último restante de majestoso aparelho de 92 peças, orgulho extinto da família.

Cora Coralina, um admirável brasileiro. Ela mesma se define: “Mulher sertaneja, livre, turbulenta, cultivadamente rude. Inserida na gleba. Mulher terra. Nos meus reservatórios secretos um vago sentido de analfabetismo.” Opõe à morte “aleluias festivas e os sinos alegres da Ressurreição. Doceira fui e gosto de ter sido. Mulher operária”.

Cora Coralina: gosto muito deste nome, que me invoca, me bouleversa, me hipnotiza, como no verso de Bandeira.

(Adaptado de: Carlos Drummond de Andrade. Publicado originalmente no Jornal do Brasil. Cad. B, 27.12.80. Cora Coralina. **Vin-tém de cobre: meias confissões de Aninha**. 8. ed. S.Paulo: Global, 2001. p. 8-11)



13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A expressão *espontânea opção* (4º parágrafo), empregada por Drummond, não é inteiramente redundante, pois o qualificativo *espontânea* reforça o caráter voluntário da escolha.
- II. A alusão de Drummond ao *majestoso aparelho de 92 peças* (5º parágrafo) revela a contradição entre a riqueza da poeta e a simplicidade e a humildade dos temas e pessoas tratados em sua poesia.
- III. A expressão *cultivadamente rude* (6º parágrafo), de que Cora Coralina se vale para falar de si mesma, é propositalmente paradoxal, pois *rude* pode significar “não cultivado”.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

14. “Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / acocorada ao pé do borralho, / olhando pra o fogo.” [...] “Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos.” “Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada...”

De acordo com o contexto, os elementos sublinhados no trecho acima têm, respectivamente, o sentido de:

- (A) dobrada – malcriada – lastimosa
- (B) encostada – acanhada – renomada
- (C) agachada – avançada – mal amada
- (D) agachada – atrevida – mal falada
- (E) encostada – acanhada – mal falada

15. A afirmação que está em DESACORDO com o texto é:

- (A) as palavras da própria Cora Coralina são citadas para mostrar o que há de telúrico em sua personalidade.
- (B) a poesia de Cora Coralina volta-se para o passado, sem deixar de tratar do presente.
- (C) o nome de Cora Coralina exerce um enorme fascínio sobre Drummond.
- (D) os mais despossuídos parecem ocupar o lugar central na poesia de Cora Coralina.
- (E) a preocupação de Cora Coralina com os homens só é superada pelos seus cuidados com a natureza.

16. *tão gostoso pronunciar este nome – sentimento de quem abençoa a vida – Opõe à morte aleluias festivas*

A substituição dos elementos grifados acima pelos pronomes correspondentes, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- (A) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem a abençoa – Opõe-lhe aleluias festivas
- (B) tão gostoso pronunciar-lhe – sentimento de quem abençoa-a – Lhe opõe aleluias festivas
- (C) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem abençoa-lhe – Opõe-na aleluias festivas
- (D) tão gostoso o pronunciar – sentimento de quem a abençoa – A opõe aleluias festivas
- (E) tão gostoso lhe pronunciar – sentimento de quem lhe abençoa – Opõe-na aleluias festivas



17. A frase que admite transposição para a **voz passiva** é:

- (A) ... gosto muito deste nome...
- (B) ... e depois desliza pelas entranhas do mar...
- (C) ... uma mulher que vive em Goiás...
- (D) ... passam as crianças e os miseráveis de hoje.
- (E) ... defende-os com espontânea opção...

18. A frase cuja pontuação está inteiramente adequada é:

- (A) Sendo um nome hoje conhecido de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado, já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis, e argutos, mas poucos terão escrito sobre sua poesia, de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (B) Sendo um nome hoje conhecido, de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos, mas, poucos terão escrito sobre sua poesia, de maneira tão poética como o fez Drummond ele mesmo, um de nossos maiores poetas.
- (C) Sendo um nome, hoje conhecido de todos, os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes, de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos; mas poucos terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (D) Sendo um nome hoje conhecido de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos, mas poucos terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (E) Sendo um nome hoje conhecido de todos, os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns, certamente sensíveis e argutos, mas poucos, terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo, um de nossos maiores poetas.

19. O verbo empregado no plural que, sem prejuízo das normas de concordância verbal, também poderia ser empregado no singular está grifado neste fragmento de um poema de Cora Coralina:

- (A) *Filhos, pequeninos e frágeis...
eu os carregava, eu os alimentava?
Não. Foram eles que me carregaram,
que me alimentaram.*
- (B) *Sobraram na fala goiana algumas expressões africanas, como Inhô, Inhá,
Inhora, Sus Cristo. [...]*
- (C) *Suas roseiras, jasmineiros, cravos e cravinas, escumilhas,
onde beija-flores faziam seus ninhos delicados [...]*
- (D) *Na Fazenda Paraíso, grandes terras de Sesmaria, nos dias
da minha infância ali viviam meu avô, minha bisavó Antônia,
que todos diziam Mãe Yayá, minha tia Bárbara, que era tia Nhá-Bá.*
- (E) *E vinham os companheiros, eu vi, escondida na moita de bambu...*

20. Estão corretos o emprego e a flexão de todos os verbos da frase:

- (A) Proseia com a antiga colega de turma há quase uma hora e não atina com o nome dela.
- (B) É realmente espantoso como tudo parece estar acontecendo exatamente como preveu.
- (C) Ela requiz imediatamente os seus direitos, mas não encontrou quem lhe atendesse.
- (D) Se intervisse a favor do amigo, certamente acabaria por se indispor com o chefe.
- (E) Antes mesmo que ouvisse a má notícia, de que estava certo, atera-se à parede para não cair.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade, cuja competência para julgamento é do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:
- (A) É requisito da peça inicial, dentre outros, a demonstração da existência da controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.
 - (B) A declaração de constitucionalidade dar-se-á pelo *quorum* da maioria absoluta dos onze Ministros do Supremo Tribunal Federal, respeitado o *quorum*, mínimo, de oito ministros para instalação da sessão de julgamento.
 - (C) O Supremo Tribunal Federal, por decisão de pelo menos um terço de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade.
 - (D) Se o Relator considerar inepta a peça inicial e indeferi-la liminarmente, caberá agravo contra esta decisão.
 - (E) Não é admitida a desistência da ação declaratória de constitucionalidade após o seu ajuizamento e, também, a intervenção de terceiros.
-
22. Paulo é médico cirurgião e trabalha, devidamente concursado, para a Prefeitura de Goiânia, ocupando um cargo público em determinado Hospital. Paulo, neste ano de 2013, resolve prestar concurso para o cargo de médico do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Autarquia Federal. Neste caso, se aprovado no concurso, Paulo
- (A) poderá acumular os cargos, mas deverá optar obrigatoriamente pela remuneração de um dos cargos.
 - (B) não poderá acumular os cargos, pois o segundo cargo será exercido em Autarquia Federal.
 - (C) poderá acumular os cargos, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários.
 - (D) não poderá acumular os cargos, pois a Constituição Federal veda a acumulação de cargos públicos, com exceção de dois cargos de professor.
 - (E) poderá acumular ambos os cargos, havendo compatibilidade de horários.
-
23. Xisto é eleito Senador de um determinado Estado Brasileiro. No ano de 2012 Xisto passa a ser investigado por crime de corrupção passiva cometido após a sua diplomação e acaba sendo denunciado pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal. Neste caso, o Supremo Tribunal Federal
- (A) dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que interrompe a prescrição, cujo prazo somente voltará a correr com o término do mandato de Xisto.
 - (B) deverá solicitar licença formal ao Senado Federal para que o Senador Xisto possa ser processado, licença esta que será deferida com voto da maioria absoluta dos membros do Senado Federal em sessão secreta.
 - (C) dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de um terço de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que interrompe a prescrição, cujo prazo somente voltará a correr com o término do mandato de Xisto.
 - (D) deverá solicitar licença formal ao Senado Federal para que o Senador Xisto possa ser processado, licença esta que será deferida com voto da maioria simples dos membros do Senado Federal em sessão secreta.
 - (E) dará ciência, após receber a denúncia, ao Senado Federal que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal, sustação esta que suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.
-
24. Considere a seguinte situação hipotética: Raul da Silva e João da Silva são eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil. No segundo ano de mandato, em meados do mês de julho, Raul e João viajam para a Europa para um compromisso oficial e uma pane no avião presidencial acarreta a morte de todos os tripulantes e passageiros. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assumirá a Presidência, em primeiro lugar, o Presidente
- (A) da Câmara dos Deputados e será realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, na forma da lei, no prazo de trinta dias a partir dos óbitos.
 - (B) da Câmara dos Deputados e será realizada eleição direta no prazo de 90 dias a partir dos óbitos.
 - (C) do Senado Federal e será realizada eleição direta no prazo de 90 dias a partir dos óbitos.
 - (D) do Senado Federal e será realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, na forma da lei, no prazo de trinta dias a partir dos óbitos.
 - (E) do Senado Federal e será realizada eleição direta no prazo de 120 dias a partir dos óbitos.



<p>25. Sobre o processo legislativo, segundo a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:</p> <p>(A) A medida provisória vigorará pelo prazo de 60 dias prorrogável por igual período, a partir da sua publicação no Diário Oficial, prazo este que não será suspenso durante o recesso parlamentar.</p> <p>(B) A legislação sobre nacionalidade poderá ser objeto de lei delegada.</p> <p>(C) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional pela maioria absoluta de seus respectivos membros são equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(D) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.</p> <p>(E) A emenda constitucional aprovada será publicada pela Mesa do Senado Federal.</p>	<p>28. As autarquias integram a Administração indireta. São pessoas</p> <p>(A) políticas, com personalidade jurídica própria e têm poder de criar suas próprias normas.</p> <p>(B) jurídicas de direito público, cuja criação e indicação dos fins e atividades é autorizada por lei, autônomas e não sujeitas à tutela da Administração direta.</p> <p>(C) jurídicas de direito semi-público, porque sujeitas ao regime jurídico de direito público, excepcionada a aplicação da lei de licitações.</p> <p>(D) políticas, com personalidade jurídica própria, criadas por lei, com autonomia e capacidade de autoadministração, não sujeitas, portanto, ao poder de tutela da Administração.</p> <p>(E) jurídicas de direito público, criadas por lei, com capacidade de autoadministração, mas sujeitas ao poder de tutela do ente que as criou.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>26. Determinado servidor público foi demitido após regular processo administrativo, no qual foi devidamente assegurada sua ampla defesa. Pretendendo invalidar essa decisão, que entende ter incorrido em equivocada interpretação dos fatos, poderá</p> <p>(A) ajuizar ação judicial pleiteando sua reversão ao cargo, cumulando o pedido com indenização pelas perdas e danos incorridos.</p> <p>(B) ajuizar ação judicial pleiteando sua reintegração ao cargo, cumulando pedido de ressarcimento de todas as vantagens.</p> <p>(C) requerer a instauração de processo administrativo revisor, pleiteando sua recondução ao cargo, cumulada com indenização equivalente aos vencimentos não recebidos no período.</p> <p>(D) requerer a instauração de processo administrativo revisor, pleiteando sua reversão ao cargo, somente sendo possível ressarcimento de todas as vantagens no caso de ter havido dolo ou má-fé.</p> <p>(E) ajuizar ação judicial pleiteando sua readaptação ao cargo, cumulando o pedido com indenização pelas perdas e danos comprovados.</p>	<p>29. Numa ocorrência de acidente de trânsito envolvendo uma viatura oficial da polícia militar e um carro particular, os agentes públicos responsáveis pelo resgate prestaram socorro primeiramente aos policiais militares feridos. Quando outra viatura foi acionada para prestar o atendimento emergencial as outras vítimas, o estado de saúde de uma delas estava bastante agravado. Diante desse cenário e do que prevê a Constituição Federal brasileira,</p> <p>(A) o Estado pode ser responsabilizado civil e objetivamente pelos danos causados pela demora no atendimento.</p> <p>(B) o Estado não pode ser responsabilizado objetivamente, porque a Constituição Federal brasileira não contempla responsabilização por atos omissivos.</p> <p>(C) somente os agentes responsáveis pelo primeiro socorro podem ser responsabilizados pessoalmente, tendo em vista que não prestaram o adequado atendimento às vítimas.</p> <p>(D) o Estado só pode ser responsabilizado pelos danos causados se os policiais militares envolvidos no acidente tiverem culpa pelo mesmo.</p> <p>(E) o Estado pode ser responsabilizado subjetiva e subsidiariamente pelos danos causados aos civis envolvidos no acidente.</p>
<p>27. A Administração pública, em regular fiscalização a estabelecimentos comerciais, autou e impôs multa aos infratores das normas que disciplinavam o segmento. Essa atuação da Administração é expressão do poder</p> <p>(A) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado do atributo da discricionariedade.</p> <p>(B) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado de exigibilidade e coercibilidade.</p> <p>(C) disciplinar, dotado do atributo de autoexecutoriedade.</p> <p>(D) regulamentar, que permite que a Administração institua e aplique multas pecuniárias aos administrados.</p> <p>(E) regulamentar, em sua faceta de poder de polícia, que permite que a Administração institua multas pecuniárias aos administrados.</p>	<p>30. Pode-se conceituar os atos administrativos como manifestações de vontade do Estado, as quais são dotadas de alguns atributos. Dentre eles, destaca-se a presunção de legitimidade e veracidade, que</p> <p>(A) significa a presunção absoluta de conformidade com a lei, dependendo de decisão judicial para eventual desfazimento.</p> <p>(B) consiste na presunção de que o ato praticado está conforme a lei e de que os fatos atestados pela Administração são verdadeiros, admitindo, no entanto, prova em contrário.</p> <p>(C) significa uma derivação do princípio da legalidade, na medida em que os atos praticados pela Administração possuem força de lei, podendo instituir direitos e obrigações aos administrados.</p> <p>(D) consiste na necessidade de que sejam confirmados pelo poder judiciário quando veicularem a produção de efeitos limitadores de direitos dos administrados.</p> <p>(E) significa que os atos administrativos se impõem a terceiros, mesmo que esses não concordem, podendo a Administração adotar medidas coercitivas diretas e concretas para fazer valer sua decisão.</p>



Direito Processual do Trabalho

31. A empresa Delta Participações sofreu fiscalização de natureza trabalhista, ocasião em que o agente fiscal da Delegacia Regional do Trabalho verificou irregularidade e lavrou auto de infração com aplicação de multa administrativa. A empresa resolveu questionar judicialmente essa penalidade administrativa, sendo da competência material da Justiça
- (A) Comum Estadual, por cuidar de questionamento de ato de Delegacia Regional do Trabalho.
- (B) Federal, por se tratar de discussão sobre ato de autoridade federal, vinculada ao Ministério do Trabalho.
- (C) do Trabalho, por força de Emenda Constitucional que lhe atribuiu novas competências e criou dispositivo específico prevendo essa matéria.
- (D) Federal, porque não se discute relação de emprego entre empregador e empregado.
- (E) Estadual em Vara Especializada da Fazenda Pública, por se tratar de discussão de ato de agente público.
32. Segundo normas legais contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre competência das Varas e dos Tribunais do Trabalho é INCORRETO afirmar:
- (A) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho.
- (B) O empregado poderá apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços quando o empregador promover a realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho.
- (C) A competência dos Tribunais Regionais nos casos de dissídio coletivo determina-se pelo local onde este ocorrer ou pela sede da empresa envolvida no conflito, cabendo a escolha ao sindicato da categoria econômica.
- (D) A jurisdição de cada Vara do Trabalho abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal.
- (E) As Varas do Trabalho são competentes para processar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
33. A Consolidação das Leis do Trabalho disciplina os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, prevendo que
- (A) o Juiz da Vara do Trabalho, na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, deverá requisitar ao advogado da parte interessada ou a agente policial militar a realização do ato.
- (B) haverá um distribuidor em todas as localidades incluindo aquelas que possuam apenas uma Vara do Trabalho.
- (C) os distribuidores serão designados e diretamente subordinados ao Juiz Diretor do Fórum, escolhidos entre os funcionários das Varas do Trabalho de qualquer localidade da circunscrição do Tribunal.
- (D) o prazo previsto para o cumprimento do ato de avaliação pelo Oficial de Justiça Avaliador será de 05 dias, contados da data da sua nomeação.
- (E) compete à Secretaria das Varas do Trabalho a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos.
34. Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão rege-se pelas normas estabelecidas
- (A) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- (B) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízos e Tribunais do Trabalho.
- (E) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.
35. Quanto à publicidade, aos dias e horários de realização, o processo do trabalho estipula que os atos processuais serão
- (A) públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizados em dias úteis, das 8 às 18 horas, podendo a penhora ser realizada em domingo ou feriado, independentemente de autorização judicial.
- (B) sempre públicos, sem qualquer exceção, e serão realizados em qualquer dia da semana, das 8 às 18 horas, exceto as penhoras que somente podem ser realizadas em dias úteis.
- (C) públicos, salvo quando o juiz o determinar segundo o seu próprio interesse, e realizados de segunda a sexta-feira, das 6 às 20 horas, podendo a penhora ser realizada em sábado ou domingo, mediante autorização judicial.
- (D) sempre públicos, sem qualquer exceção, e realizados nos dias úteis das 9 às 19 horas, podendo a penhora ser realizada em domingo ou feriado, independentemente de autorização judicial.
- (E) públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizados nos dias úteis das 6 às 20 horas, podendo a penhora ser realizada em domingo ou feriado, mediante autorização judicial.
36. Sobre a teoria geral do processo do trabalho, é correto afirmar que
- (A) os prazos processuais são contínuos e contados com a inclusão do dia do começo e a exclusão do dia do vencimento.
- (B) os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou feriado terminarão no primeiro dia útil seguinte, devendo esse vencimento ser certificado nos processos pelos escrivães ou chefes de secretaria.
- (C) o reclamante, após distribuir a reclamação verbal, deverá se apresentar no prazo de 15 dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo.
- (D) as custas relativas aos processos trabalhistas na fase de conhecimento incidirão à base de 10%, não havendo valor mínimo.
- (E) não haverá incidência de recolhimento de custas ou de emolumentos na fase de execução do processo trabalhista.



37. O juiz ao proferir uma sentença deverá analisar os pedidos formulados pelo reclamante e os termos da defesa da reclamada, confrontando-os com as provas produzidas no curso da instrução processual. Nesse sentido, quanto às provas no processo do trabalho é correto afirmar que
- (A) o depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete indicado pela parte e as despesas correrão por conta da parte vencida no processo.
 - (B) a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
 - (C) o depoimento de testemunha que for surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever, nem por meio de intérprete, não será permitido por falta de previsão legal.
 - (D) as testemunhas deverão comparecer à audiência sempre por meio de notificação ou intimação que deverá ser requerida pela parte interessada no prazo de 10 dias contados do despacho saneador.
 - (E) o documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em cópia ou certidão, devidamente autenticadas com o original.
38. Isis ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento de verbas da rescisão em razão da sua dispensa imotivada. Em sua defesa, a empresa reclamada alegou que houve dispensa por justa causa e que efetuou o pagamento das verbas cabíveis nessa modalidade rescisória. O Juiz da Vara do Trabalho julgou a ação improcedente, condenando a reclamante ao pagamento de custas processuais. Para recorrer de tal decisão, Isis deve interpor
- (A) agravo de petição no prazo de cinco dias.
 - (B) recurso ordinário no prazo de dez dias.
 - (C) recurso de revista no prazo de oito dias.
 - (D) recurso ordinário no prazo de oito dias.
 - (E) agravo de instrumento no prazo de cinco dias.
- Direito do Trabalho**
39. O trabalho prestado por pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviços, é o conceito legal de trabalho
- (A) autônomo.
 - (B) temporário.
 - (C) cooperado.
 - (D) eventual.
 - (E) avulso.
40. Diana trabalhou por dois anos para a empresa Delta Administradora de Créditos, controlada e administrada pelo Banco Delta, formando grupo econômico. Houve a dispensa sem justa causa e a empregada não recebeu as verbas rescisórias devidas. Nessa situação, quanto à dívida trabalhista é correto afirmar que
- (A) a CLT não prevê nenhum tipo de responsabilidade de empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico por débitos trabalhistas, ficando a critério do juiz a aplicação de normas do direito comum.
 - (B) a empresa Delta Administradora de Crédito será a única responsável pelo pagamento por ser a real empregadora de Diana.
 - (C) o Banco Delta somente responderá pelo débito de forma subsidiária, caso ocorra a falência da empresa Delta Administradora de Créditos.
 - (D) o Banco Delta responderá solidariamente em razão da formação do grupo econômico por expressa determinação da CLT.
 - (E) a responsabilidade do Banco Delta será subsidiária por determinação prevista na CLT, após esgotado o patrimônio da empresa Delta Administradora de Créditos.
41. Hércules firmou contrato de trabalho com uma empresa de consultoria em informática para trabalhar no município de Goiânia. Há uma cláusula contratual prevendo como condição do seu trabalho a possibilidade de transferência. Após três meses, o empregado foi transferido para a filial da empresa localizada na cidade de Catalão, por real necessidade do serviço, permanecendo nesse novo local por quatro meses e retornando a Goiânia. Nessa situação, é correto afirmar que
- (A) a transferência é lícita, mesmo que não houvesse consentimento do trabalhador, em razão da real necessidade dos serviços do empregador, e pelo seu poder de direção.
 - (B) somente se houvesse o pagamento de adicional de transferência no importe de 20% sobre o valor do seu salário é que seria considerada lícita a transferência.
 - (C) a transferência não é lícita porque causou prejuízos ao trabalhador em relação ao seu convívio familiar, sendo nula a cláusula de alteração contratual e devida uma indenização.
 - (D) a transferência ocorreu de forma lícita ante a cláusula contida no contrato prevendo essa condição de alteração contratual em razão da real necessidade de serviço.
 - (E) a lei trabalhista não considera transferência ilícita aquela que resultar em mudança de municípios dentro do mesmo Estado da Federação.



<p>42. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê algumas normas que regulam a rescisão dos contratos individuais de trabalho. Nos termos dessas regras, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, quando o aviso-prévio for indenizado.</p> <p>(B) Constitui motivo de rescisão contratual por justa causa a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.</p> <p>(C) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o Tribunal de Trabalho reduzirá a indenização, à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.</p> <p>(D) Ocorrerá a rescisão indireta do contrato de trabalho quando o empregador reduzir o trabalho do empregado, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.</p> <p>(E) O empregado poderá pleitear a rescisão indireta de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até a decisão final do processo na hipótese de não cumprir o empregador as obrigações do contrato.</p>	<p>45. Afrodite trabalhou para a empresa Arthemis Produções por 9 meses. Exerceu as funções de operadora de <i>telemarketing</i>, tendo ingressado na empresa 1 ano após a admissão da funcionária Vênus, que também exercia as mesmas funções de Afrodite. Vênus recebia salário superior em 20%, razão pela qual Afrodite ajuizou ação trabalhista pretendendo diferenças salariais por equiparação salarial com a colega. A empresa não possuía quadro de carreira. Nessa situação, é correto afirmar que</p> <p>(A) haverá direito porque a lei permite um acréscimo de apenas 10% para cada ano de diferença entre pessoas que exerçam a mesma função na empresa.</p> <p>(B) não há direito em razão da diferença de tempo entre as empregadas de 1 ano, ainda que exerçam a mesma função.</p> <p>(C) não há direito porque o empregador poderá usar o seu poder diretivo e determinar o valor de salário superior para os seus empregados, ainda que exerçam a mesma função.</p> <p>(D) haverá direito porque são idênticas as funções, ainda que haja diferença de produtividade e perfeição técnica entre as empregadas.</p> <p>(E) haverá direito a isonomia salarial visto que há identidade funcional entre as trabalhadoras e o tempo de exercício na função não é superior a 2 anos.</p>
<p>43. A respeito das estabilidades ou garantias de emprego provisórias, conforme previsão das normas trabalhistas, é correto afirmar que</p> <p>(A) o empregado eleito para cargo de direção na CIPA tem estabilidade desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato.</p> <p>(B) a empregada gestante tem garantia de emprego desde a confirmação da gravidez até um ano após o parto.</p> <p>(C) o dirigente sindical tem garantia de emprego desde o dia da eleição até dois anos após o término do seu mandato.</p> <p>(D) o empregado eleito como suplente a cargo de direção sindical não é detentor de estabilidade provisória de emprego.</p> <p>(E) havendo garantia provisória de emprego não cabe a dispensa por justa causa por falta grave cometida pelo empregado.</p>	<p>46. Conforme previsão legal, a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada em algumas situações, EXCETO:</p> <p>(A) suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 60 dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.</p> <p>(B) despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.</p> <p>(C) aposentadoria concedida pela Previdência Social.</p> <p>(D) extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019/74.</p> <p>(E) quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos.</p>
<p>44. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, prestações <i>in natura</i> que a empresa fornecer habitualmente ao empregado a título de</p> <p>(A) vestuários e equipamentos utilizados no local de trabalho para a execução dos serviços.</p> <p>(B) assistência médica e hospitalar prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.</p> <p>(C) aluguel de casa habitada pelo empregado cujo valor não exceda 25% do seu salário contratual.</p> <p>(D) plano de previdência privada.</p> <p>(E) seguro de vida e de acidentes pessoais.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>47. De acordo com o Código Civil, os menores de dezesseis anos</p> <p>(A) possuem personalidade civil e os direitos que dela decorrem, mas são absolutamente incapazes e não podem exercer pessoalmente os atos da vida civil.</p> <p>(B) possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e plena capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil.</p> <p>(C) não possuem personalidade civil.</p> <p>(D) possuem personalidade civil, mas não os direitos que dela decorrem.</p> <p>(E) possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e capacidade relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil.</p>



48. Livro contendo dedicatória de um de seus autores é um bem

- (A) móvel, infungível, indivisível e singular.
- (B) imóvel por equiparação, fungível, indivisível e singular.
- (C) móvel, infungível, divisível e coletivo.
- (D) móvel, fungível, divisível e singular.
- (E) imóvel por equiparação, infungível, indivisível e coletivo.

49. Acidente de veículo vitimou criança de 10 anos de idade, causando-lhe danos materiais e morais. Ao completar 18 anos, a vítima decidiu ajuizar ação de reparação civil. Considerando-se que o acidente ocorreu sob a vigência do Código Civil atual, tal pretensão

- (A) não está prescrita, pois o caso retrata hipótese de decadência.
- (B) está prescrita, pois já se passaram mais de 3 anos da data do fato.
- (C) está prescrita, pois já se passaram mais de 5 anos da data do fato.
- (D) não está prescrita, pois a vítima era absolutamente incapaz no momento do fato.
- (E) não está prescrita, pois o fato é imprescritível.

50. Na obrigação de dar coisa certa,

- (A) se, antes da tradição, a coisa se perder sem culpa do devedor, este responderá pelo equivalente mais perdas e danos.
- (B) até a ocorrência da tradição, a coisa pertence ao devedor, com seus melhoramentos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- (C) os acessórios não estão abrangidos por ela, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (D) se esta se deteriorar, ao credor não é dado recebê-la no estado em que se encontra, com abatimento do preço.
- (E) se, depois da tradição, a coisa se perder sem culpa do devedor, este responderá pelo equivalente mais perdas e danos.

51. Sobre hipoteca é correto afirmar:

- (A) Não existe hipoteca para garantia de dívida futura.
- (B) Os acessórios não podem ser objeto de hipoteca conjuntamente com o imóvel.
- (C) Podem as partes convencionar cláusula que proíba a venda do bem hipotecado.
- (D) O dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele, salvo se o credor for o mesmo.
- (E) Desde que dê quitação pela totalidade do crédito, o credor pode requerer a adjudicação do imóvel hipotecado mesmo que este possua valor inferior a seu crédito.

Direito Processual Civil

52. O assistente simples

- (A) é aquele que possui interesse exclusivamente econômico.
- (B) não pode obstar que o assistido desista da ação.
- (C) pode requerer nova instrução probatória, ao receber o processo.
- (D) não está sujeito aos ônus processuais.
- (E) pode pedir seu ingresso no feito apenas no primeiro grau de jurisdição.

53. O juiz

- (A) decide, em regra, por equidade.
- (B) deve encaminhar os autos ao tribunal competente, quando se verificar lacuna na lei.
- (C) não está vinculado à prova, salvo a pericial.
- (D) responde por perdas e danos se aplicar, quando da sentença, entendimento contrário à jurisprudência consolidada pelos tribunais superiores.
- (E) pode, de ofício, determinar a produção das provas necessárias à instrução do feito.

54. Em relação aos procedimentos cautelares específicos, é correto afirmar que

- (A) a exibição tem lugar, mesmo que o documento esteja em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamentário, depositário ou administrador de bens alheios.
- (B) o juiz pode determinar a busca e apreensão de coisas, mas não de pessoas.
- (C) os imóveis e as rendas que deles resultam não podem ser objeto de sequestro.
- (D) a produção antecipada de provas tem cabimento quando a parte, antes da ação principal, deseja verificar se sua pretensão tem viabilidade.
- (E) o arresto perdura mesmo depois da ocorrência do pagamento.

55. A ação monitória

- (A) segue o mesmo rito da ação de execução.
- (B) admite prova exclusivamente testemunhal.
- (C) demanda a existência de prova escrita sem eficácia de título executivo e pode ter como objeto a entrega de bem fungível.
- (D) permite que o réu ofereça embargos ao mandado monitório, desde que deposite o valor integral do débito ou preste caução idônea.
- (E) leva, quando da rejeição dos embargos, à constituição de título executivo extrajudicial.

**Noções de Gestão Pública**

56. A Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) caracteriza-se como peça de gestão estratégica, pois
- (A) apresenta um diagnóstico estratégico do Poder Judiciário Brasileiro.
 - (B) manifesta a prontidão estratégica por parte dos magistrados ao elencar uma série de objetivos de longo prazo.
 - (C) traz uma visão de futuro, elenca valores a serem perseguidos, define objetivos, prazos e formas de avaliação dos resultados.
 - (D) define macrotendências e fixa metas para a consecução das mudanças de curto e médio prazos.
 - (E) estabelece princípios avaliativos e propõe ações corretivas.
-
57. NÃO se refere ao chamado Ciclo PDCA a seguinte característica:
- (A) enfatiza a identificação de forças e fraquezas de uma organização, em uma análise ambiental, auxiliando no planejamento estratégico.
 - (B) está dentro do escopo do controle de qualidade nas organizações.
 - (C) associa-se à noção de melhoria contínua.
 - (D) a fase de planejamento do ciclo está ligada ao estabelecimento de metas e definição de métodos para alcançá-las.
 - (E) a fase de execução do ciclo consiste em capacitação da organização para a implementação do planejado e na própria implementação do plano.
-
58. A competência interpessoal ganha importância dentro das organizações, pois
- (A) os colaboradores, com a acentuada divisão de tarefas, encontram-se demasiadamente isolados, sem interação de qualquer natureza.
 - (B) os avanços tecnológicos, notadamente na área de informação, valorizaram muito os contatos face a face e o desenvolvimento interpessoal, em detrimento de um enfoque mais tecnicista e científico.
 - (C) mostra-se, na maioria dos contextos grupais e organizacionais, ao lado da competência técnica, absolutamente necessária para o exercício pleno das funções de liderança.
 - (D) o problema do conflito, nas mais recentes abordagens sobre a gestão de pessoas, já se vê, de antemão, eliminado.
 - (E) relaciona-se com a noção de capital intelectual e não pode ser entendida como geradora de valor econômico para a organização, mas apenas como fonte de valorização social do indivíduo.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

59. No que se refere à Ordem do Serviço no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, é correto afirmar:
- (A) O exercício do cargo de presidente de Turma não exclui o Desembargador da participação na distribuição de processos como relator ou revisor, mas a distribuição para ele de processos será inferior aos demais colegas que não ocupam o cargo.
 - (B) O Desembargador não será excluído da distribuição de processos quando no exercício não eventual, definido pelo Regimento Interno da Presidência do Tribunal.
 - (C) Não sendo o caso de *habeas corpus*, mandados de segurança, ou processos com pedido de liminar a distribuição far-se-á por processo, mensalmente, a cada Desembargador, não concorrendo aqueles impedidos nos termos da lei e do Regimento.
 - (D) O agravo de instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso para o Tribunal da 18ª Região será processado nos autos do recurso denegado e, provido o agravo de instrumento, o recurso principal será julgado na mesma sessão.
 - (E) Quando qualquer recurso vier a ser apreciado pelo Tribunal, por força de agravo de instrumento, seu relator não será o mesmo, sendo necessária nova distribuição.
-
60. O incidente de uniformização de jurisprudência poderá ser suscitado por qualquer dos magistrados votantes na sessão, quando houver divergência entre julgados dos órgãos do Tribunal com relação ao julgamento de determinada matéria. Sobre o incidente de uniformização de jurisprudência no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, é certo que
- (A) reconhecida a divergência no Tribunal Pleno ou na Turma, será lavrada a certidão respectiva, com posterior remessa dos autos ao Desembargador-Presidente, relator nato das matérias de competência do Pleno, observadas as regras estabelecidas no Regimento Interno, ficando o julgamento do processo suspenso até a deliberação do Tribunal Pleno.
 - (B) instaurado o incidente, a tese prevalecente, obtida do voto da maioria absoluta, será objeto de súmula; a resultante do voto da maioria simples valerá apenas para o caso em julgamento, podendo constituir precedente na uniformização da jurisprudência.
 - (C) a parte pode, a qualquer tempo, antes da proclamação do julgamento em sessão, suscitar o incidente, sendo necessário instaurar o contraditório, cuja admissibilidade será votada a começar pelo relator, na próxima sessão designada.
 - (D) suscitado e instaurado o incidente, ouvido o Ministério Público do Trabalho, o incidente será julgado pelos membros titulares do Tribunal, observados o *quorum* legal e o rito regimental, com revisor, admitida a sustentação oral, votando o Presidente da sessão.
 - (E) instaurado o incidente, o respectivo relator demonstrará nos autos, com seu voto, a divergência e distribuirá cópia a todos os juizes titulares que não estiverem de licença ou férias.

**DISCURSIVA**Atenção:

- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que for assinada fora do campo de assinatura do candidato e apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva.

Carlos Henrique Bezerra Leite (In: Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo: Ltr, 5. ed., 2007. p. 356), adverte que o processo do trabalho contempla um capítulo próprio dedicado às nulidades processuais (arts. 794 a 798 da CLT), em função do que as normas do CPC somente ser-lhe-ão aplicadas subsidiariamente e, assim mesmo, desde que não contrariem os seus princípios peculiares. O mesmo autor, em seguida, arremata: Pode-se dizer que o sistema processual trabalhista de nulidades é regido por normas e princípios que levam em conta, sobretudo, as especificidades e institutos peculiares desse ramo especializado.

Ante o transcrito acima, fundamente os princípios que informam o sistema processual trabalhista de nulidades, à luz da Consolidação das Leis do Trabalho, notadamente: **a)** princípio da instrumentalidade das formas, **b)** princípio do prejuízo, **c)** princípio da convalidação, **d)** princípio do interesse e **e)** princípio da utilidade.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	